



filiado a



SINTESPE

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

Siga-nos

Praça Olívio Amorim, nº 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Abril 2015 - (48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br

Sindicatos e Associações entregam oficialmente a pauta de reivindicações de 2015 ao Governo do Estado

Dirigentes e representantes de associações e sindicatos ligados ao serviço público reuniram-se no dia 11 de março com o Coordenador Executivo de Negociação e Relações do Estado, Décio Vargas. O encontro aconteceu na Secretaria de Estado da Administração e na ocasião foi feita a entrega da pauta de reivindicações para o ano de 2015.

A pauta foi elaborada em conjunto com as associações representativas dos servidores estaduais e apresenta reivindicações imediatas e históricas dos trabalhadores. Décio Vargas foi categórico e usou a velha desculpa das gratificações para justificar o não cumprimento da Lei de Data Base. “Não há carreira no Estado que não tenha recebido reajuste através de gratifica-

ções, sendo assim a questão do piso estaria superada”, afirmou. Quanto ao novo Plano de Cargos e Salários, Vargas garantiu que o mesmo deve ser anunciado ainda neste semestre e que a ideia é “preservar a situação do servidor público”.

Para o presidente do SINTESPE, Maurino Silva, a união é a parte mais positiva de todo esse processo. “Mobiliza-

mos sindicatos e associações para a construção conjunta da pauta e isso é realmente muito positivo: o fato de saber que não estamos sozinhos nessa empreitada em defesa dos trabalhadores. Infelizmente, o Governo parece novamente não querer discutir a qualidade e o melhoramento do serviço público”, afirmou.

A pauta de reivindicações para o ano de 2015 é composta

por 26 itens e além do cumprimento da data base com reajuste anual é solicitada a isonomia nas gratificações, recomposição de perdas acumuladas, bem como a retirada das ações judiciais contra o SINTESPE. O conteúdo completo da pauta pode ser acessado através do www.sintespe.org.br

Fórum dos Servidores Públicos Estaduais cobra transparência e respeito do Governo

Serpa foi surpreendido pelo Fórum, pois esperava reunir-se apenas com quatro sindicatos anteriormente agendados para a conversa. **Página 2**

É preciso ir à luta para barrar o PL 4330

Vejas os nomes dos Deputados que votaram contra os trabalhadores e a favor da terceirização

Movimentos em defesa dos trabalhadores estão se reunindo em todo o Brasil para alertar a população sobre a nocividade do Projeto de Lei 4330. **Página 3**

Agentes penitenciários e socioeducativos aceitam proposta do Governo

Após um intenso ano de negociações para alteração da Lei 472, a categoria aceitou a proposta de cargos e salários. **Página 4**

Servidores do Imetro/SC aguardam decisões processuais

Em agosto de 2014, após assembleia de servidores do Imetro/SC, foram elaboradas ações que reivindicam o ressarcimento de descontos indevidos durante os dias de greve e o fim do desconto de vale-alimentação das diárias de servidores em viagem. **Página 2**

Atividades da diretoria

As atividades da diretoria do SINTESPE começaram no dia 9 de janeiro, com uma reunião que debateu a campanha salarial e as primeiras discussões para a construção da pauta do sindicato para o ano de 2015. O encontro de diretores debateu também a pauta de reivindicação dos servidores públicos, que trata, entre outras coisas, do cumprimento da Lei de Data Base, a isonomia das gratifica-

ções, a necessidade de elaborar um novo plano de cargos e salários para os servidores públicos e a realização de concurso público.

Na ocasião foram definidas duas datas que foram dedicadas exclusivamente para a reunião de planejamento. A mesma foi realizada nos dias 10 e 11 de abril. Mais detalhes podem ser obtidos no www.sintespe.org.br



Fórum dos Servidores Públicos Estaduais cobra transparência e respeito do Governo

Presidentes e diretores de 11 sindicatos e associações de servidores públicos do Estado reuniram-se no dia 12 de março com o secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, considerado o responsável pela engenharia que pretende promover uma "profunda" reforma na gestão do Estado e, principalmente, no sistema previdenciário.

Os representantes dos servidores cobraram transparência e diálogo do governo, além de respeito. "Todo dia, a mídia joga alguma coisa ao público, colocando a população contra nós, afirmando que temos privilégios. Essa visão de que é privilégio é um absurdo, tendo em vista as peculiaridades da nossa profissão. Nosso nível de stress é enorme, temos o maior número de suicídios entre as categorias e damos a nossa vida em defesa da sociedade", disse o presidente da Aprasc, cabo Elisandro Lotin.

Serpa deixou claro que o governo está determinando a fazer o que ele preferiu chamar de "ajustes", principalmente no sistema previdenciário, mas enfatizou que "serão feitos gradativamente e discutidos com as categorias". Cobrado diversas vezes sobre a disseminação via imprensa, de informações seletivas que visam jogar a

opinião pública contra os servidores, negou que isso seja uma tática do Governo e garantiu que, com ele, o canal de diálogo estará sempre



aberto. Ao final da reunião, o Fórum entregou um documento em que pede diálogo efetivo, transparência e respeito os servidores na elaboração dos "ajustes".

Serpa foi surpreendido pelo Fórum, pois esperava reunir-se apenas com quatro sindicatos anteriormente agendados para a conversa. Na mesa, a massa do funcionalismo público estava representada através das seguintes entidades: Aprasc, SindSaúde, Sinte, Sintespe, Sinjusc, Sindalec, Simpe, Sindicontas, SINDPD (servidores das empresas de processamento de dados de Santa Catarina), e ACP-SC.

O que é o Fórum de Servidores Públicos Estaduais?

Composto pelo SINDSAUDE/SC, APRASC, SINTESPE, SINJUSC,

SINDICONTAS/SC, SIMPE/SC, SINDALESC, SINDPD/SC e SINTE/SC, o Fórum foi constituído para proteger e representar os servidores e seus direitos. A luta unificada tem a intenção de combater as diversificadas tentativas de precarização e sucateamento do serviço público, bem como a retirada de direitos dos servidores.

O Fórum representa os servidores públicos civis e militares do Estado e estará vigilante contra qualquer medida que tenha objetivo de precarizar ainda mais os serviços públicos e as condições de trabalho do setor. Para as próximas semanas, está programada a criação de uma página no Facebook e a publicação de material próprio, que deverá divulgar os avanços na defesa do serviço público.

BALANCETE

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS					
RECEITA	fevereiro/2014	março/2014	abril/2014	maio/2014	junho/2014
Mensalidade de Associações	158.464,04	155.530,16	157.779,05	158.174,67	158.185,52
Receita de Aplicações	599,93	2.716,08	183,48	8.597,05	8.249,04
Receita de Locação	72,00	72,00	-	-	72,00
Receitas de Precatórios	1.727,90	4.052,01	-	22,61	1.848,00
TOTAL DAS RECEITAS	160.863,87	162.370,25	157.962,49	166.794,33	168.354,55
DESPESA					
PESSOAL E ENCARGOS	62.878,78	60.177,07	67.882,38	62.262,38	92.989,13
DESPESAS GERAIS					
Água e Esgoto	176,64	203,96	175,64	291,30	235,26
Serviços de Cantinas	239,40	-	87,00	204,45	6,70
Combustíveis e Lubrificantes	601,85	534,05	783,88	642,08	663,01
Correios e Malotes	849,04	5.734,32	5.143,68	178,15	7.004,62
Energia elétrica	632,70	925,75	1.220,07	792,30	432,55
Fotocópias	16,50	-	-	42,50	-
Serviços de Limpeza	-	-	334,70	1.006,40	1.004,00
Honorários Profissionais	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Impostos e Taxas Diversas	200,56	1.157,17	32,79	1.835,82	32,79
Manutenção em Programas	1.893,00	1.893,00	2.780,00	2.356,90	1.893,30
Manutenção em Veículos	40,00	50,00	-	40,00	345,00
Manutenção e Reparos	80,10	168,70	60,00	228,48	865,20
Material de Copa e Cozinha	152,59	543,54	409,07	532,39	354,90
Material de Expediente	25,80	42,50	977,22	250,00	1.891,20
Material de Higiene	82,30	508,55	393,10	406,65	234,95
Outras Despesas	5,00	60,00	228,00	555,00	1.312,48
Material de Uso Permanente	369,90	265,00	-	-	52,00
Segurança do Patrimônio	189,31	205,68	411,36	-	205,68
Seguros	913,28	913,28	913,28	1.404,79	1.404,79
Serviços de Terceiros - PJ	961,92	-	-	-	1.823,84
Telefones e demais comunicações	3.263,39	3.867,12	4.465,29	3.377,81	3.234,67
Tarifas Bancárias	99,40	126,42	131,40	70,50	99,80
IMPRENSA E DIVULGAÇÃO					
- Adesivos e Pafletos	3.736,00	450,00	-	-	-
- Faltas/Cartões	495,00	3.145,00	-	-	7.700,00
- Livros/Jornais/Revistas	615,34	250,00	7.000,64	-	430,20
- Rádios/TV/Som/etc	960,00	933,92	7.400,00	3.285,80	750,00
ATIVIDADES SINDICAIS					
- Assembleias	10.400,19	36.135,52	36.806,07	30.362,11	5.140,88
- Cursos e Seminários	-	-	12.100,00	300,00	1.305,36
- Viagens	3.278,47	3.771,22	3.601,43	6.454,65	2.586,07
- Contribuição a CUT	14.315,45	14.815,45	15.698,60	15.698,60	15.698,60
- DIÉSSÉ	503,34	503,34	503,34	503,34	503,34
- Mobilizações	2.627,12	21.082,32	21.799,82	2.319,72	1.830,66
- Doações	-	1.050,00	-	50,00	-
ASSESSORIA JURÍDICA/CUSTAS/CÁLCULOS	4.953,60	16.700,90	7.508,48	4.729,24	12.269,91
DIRETORIA E REPRESENTANTES					
- Reunião de Diretoria	3.023,04	81,19	1.032,76	362,33	4.515,51
- Diretoria Liberada	1.047,00	2.037,54	2.201,56	3.177,72	4.902,36
- Alçada de Custo *	820,00	820,00	820,00	820,00	820,00
- Alçada de Custo **	3.391,17	3.391,17	3.391,17	3.391,17	2.280,12
NÚCLEO REGIONAL DE LAGES	2.017,98	1.849,25	2.321,88	3.134,98	2.413,31
NÚCLEO REGIONAL DE CHAPECÓ	1.111,99	1.112,08	745,62	1.034,45	1.292,94
NÚCLEO REGIONAL DE JOINVILLE	2.305,87	2.732,56	1.703,00	1.269,10	2.124,95
NÚCLEO REGIONAL DE CRICIÚMA	486,35	400,00	400,00	482,84	482,84
TOTAL DAS DESPESAS	130.251,37	189.137,57	196.056,22	136.073,95	185.348,63

* Antônio Celestino Lima
 ** Mário Antônio da Silva, Sebastião Teófilo Amarim e Walmey Adilson do Rocha Chacur
 OBSERVAÇÃO: Balançotes elaborados pelo Regime de Caixa.

JURÍDICO

Servidores do Imetro/SC aguardam decisões processuais

Em agosto de 2014, após assembleia de servidores do Imetro/SC, foram elaboradas ações que reivindicam o ressarcimento de descontos indevidos durante os dias de greve e o fim do desconto de vale-alimentação das diárias de servidores em viagem. Ambos os processos estão prontos para julgamento e a decisão agora depende do andamento do processo no Fórum da Comarca

de São José.

A greve de servidores públicos do Imetro/SC foi deflagrada em fevereiro do ano passado e o Tribunal de Justiça considerou a mesma como ilegal, alegando que o Imetro exerce serviço essencial e público, portanto não poderia efetuar a paralisação.

O setor jurídico do SINTESPE entrará com ações no Superior Tribunal de Justiça

e no Supremo Tribunal Federal defendendo a legalidade da greve e o direito de greve dos servidores em recurso especial e extraordinário.

Nas paralisações de 2014, os servidores das unidades de Chapecó, Itajaí, Joinville, São José e Tubarão buscavam melhores condições de trabalho e reposição salarial, já que em 2013 não foi cumprida a data-base da categoria.

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO 2015

Abril	30	Julho	31	Outubro	30
Maió	29	Agosto	31	Novembro	30
Junho	30	Setembro	30	Dezembro	28

É preciso ir à luta para barrar o PL 4330

Movimentos em defesa dos trabalhadores estão se reunindo em todo o Brasil para alertar a população sobre a nocividade do Projeto de Lei 4330. Em todo o país já foram realizados diversos atos e Santa Catarina também não ficou de fora. Em Florianópolis mais de cinco mil pessoas foram às ruas protestar e dizer NÃO! à terceirização. Mas e você, sabe do que se trata esse projeto?

O discurso da terceirização é proliferado de maneira mentirosa pela grande mídia que o trata como sinônimo de modernização das relações de trabalho. Em Santa Catarina, a maioria dos deputados votou contra os trabalhadores e a favor da terceirização, são eles: Carmen Zanotto (PPS), Celso Maldaner (PMDB), César

Souza (PSD), Edinho Bez (PMDB), Esperidião Amin (PP), João Rodrigues (PSD), Jorginho Mello (PR), Marco Tebaldi (PSDB), Mauro Mariani (PMDB), Rogério Peninha (PMDB), Ronaldo Benedet (PMDB) e Valdir Colatto (PMDB).

Em dezembro de 2013, os trabalhadores terceirizados recebiam 24,7% a menos do que os que tinham contratos diretos com as empresas, tinham uma jornada semanal de 3 horas a mais e eram as maiores vítimas de acidentes de trabalho. Dos 10 maiores grupos de trabalhadores em condições análogas à de escravos resgatados entre 2010 e 2013, 90% eram terceirizados.

Qual o estágio atual de tramitação do PL 4330?

Hoje, ao aplicar a legislação

vigente a cada caso concreto, a Justiça do Trabalho estabelece os limites da terceirização e reconhece que ela só pode ser feita em atividades acessórias, ou seja, aquelas que não estejam ligadas à atividade principal da empresa. Por exemplo: uma escola não pode terceirizar serviços ligados à sua atividade principal que é a educação, por isso não pode terceirizar a contratação de professores. Esse entendimento está consolidado na Súmula 331 do TST.

Utilizada sob o falso argumento de modernizar as relações de trabalho e garantir a especialização no serviço, a terceirização representa na realidade uma forma de reduzir o custo das empresas à custa da redução de direitos e da precarização das condições de traba-

lho. O PL 4330 visa a legalização e ampliação para todas as atividades, sem limites e obstáculos, desta prática que hoje expõe parcela significativa da classe trabalhadora a condições insalubres, ao adoecimento, ao trabalho análogo ao escravo e ao risco de morte diariamente.



Reunião discute os desafios para fortalecer a comunicação dos Sindicatos CUTistas



Jornalistas e dirigentes sindicais participaram de um encontro que discutiu a atual situação da comunicação nos sindicatos e os desafios para avançar na democratização da mídia. O encontro aconteceu no dia 10 de fevereiro e sua intenção foi a de criar uma rede de comunicação entre os sindicatos CUTistas e fortalecer

a comunicação da classe trabalhadora

O assessor de comunicação da CUT nacional, Alex Capuano apresentou um panorama da atual conjuntura brasileira e os desafios para garantir uma comunicação mais democrática e que dê voz aos trabalhadores e aos movimentos sociais. “Temos um grande

latifúndio midiático, políticos importantes e influentes são donos de grandes veículos de comunicação. O poder e controle das informações está concentrado nas mãos de 10 famílias, eles que decidem o que o povo vai ver, ouvir e saber”.

Alex ainda destacou o posicionamento do recém reeleito, presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha do PMDB-RJ. “Eduardo Cunha foi um dos que mais lutou contra o Marco Civil da internet, que hoje é considerada uma das leis mais avançadas do mundo. Dentre suas missões da pauta conservadora, uma das principais, é enterrar a lei dos meios de comunicação”, avaliou Alex.

No segundo momento os Sindicatos puderam compartilhar a sua estrutura de comunicação, apresentando quais as ferramentas que utilizam, o que vem dando certo

e o que precisa avançar. “Este foi um momento importante para conhecer a realidade dos nossos sindicatos e, a partir daí, pensar ações para fortalecer a comunicação com os trabalhadores de Santa Catarina”, ressaltou Inês Fortes, professora do estado e Secretária de Comunicação da CUT-SC.

O diretor de comunicação do SINTESPE, Wolney Chucre, destacou a importância de ampliar o debate político sobre a comunicação e criar ações para fortalecer a coleta de assinaturas do Projeto de Lei da Mídia Democrática. “Não podemos deixar esse compromisso de lado. Com todo esse cenário que nos cerca politicamente, precisamos nos unir e levar às ruas esse projeto que vem para garantir espaços mais democráticos na comunicação deste país”, lembrou Wolney.

Você sabia?

É através da filiação sindical que é possível custear a participação dos servidores nas atividades realizadas pelo SINTESPE. O sindicato vinha arcando com despesas de alimentação e hospedagem para filiados e não filiados, porém a partir de agora apenas os filiados terão acesso a essas facilidades. Por isso,

mantenha sua contribuição em dia, filie-se e converse com seus colegas de trabalho sobre a importância de caminhar junto com o SINTESPE. Temos uma incrível ferramenta que atua em favor do trabalhador e só poderemos fortalecê-la se trabalharmos juntos.

Abaixo o Plano Levy

O governo Dilma adotou medidas de ajuste fiscal como parte de uma política recessiva e de arrocho, que penaliza a classe trabalhadora. A nova política econômica - Plano Levy - vem paralisando o país com cortes de gastos em obras (PAC), em universidades públicas, no FIES, nos ministérios e aumento dos combustíveis, da energia elétrica, causando muita insatisfação. Como se isso não bastasse, o impacto que a crise na Petrobrás já começa a causar desemprego, processo que tende a se acentuar.

Diante deste quadro, é fundamental que a CUT reivindique que o governo federal mude a atual política econômica, mantendo coerência com a pauta vitoriosa nas eleições. É necessário fazer as reformas que mobilizam a sua base social (agrária, urbana, política, comunicação e tributária), garantindo a defesa das conquistas e a manutenção dos direitos trabalhistas. Abaixo o Plano Levy!

Contra reforma política de Eduardo Cunha

Em 2014 a CUT teve participação destacada no plebiscito popular pela constituinte para a Reforma Política (quase 8 milhões de votos). A posição da CUT é: “Corrupção se combate com Reforma Política e essa se faz com Constituinte exclusiva”, com o fim do financiamento empresarial de campanha. Ao mesmo tempo propomos a mais ampla unidade pelo “Devolve Gilmar”, e contra a “PEC da corrupção” (PEC 352/344) de Eduardo Cunha.



Servidor “ATENÇÃO”

Criminosos utilizaram recentemente o nome do SINTESPE para aplicação de um golpe via telefone. O sindicato informa que não solicita nenhum tipo de depósito a seus servidores. Em caso de dúvida, entre em contato conosco através do (48) 3223 6097 ou pelo e-mail: sintespe@sintespe.org.br

Agentes penitenciários e socioeducativos aceitam proposta do Governo

Confira os acontecimentos que marcaram as negociações

Após um intenso ano de negociações para alteração da Lei 472/2009, a categoria aceitou a proposta de cargos e salários oferecida pelo Governo do Estado. O “sim” foi votado em assembleia que reuniu aproximadamente 150 servidores no dia 15 de abril no Centro Administrativo, em Florianópolis.

Houve manifestações contrárias ao prazo de pagamento e a proposta foi aceita pela categoria, mas não em unanimidade. Os valores da tabela serão repassados em seis parcelas semestrais de 12,5%, a contar de 1º de maio de 2016 e uma parcela final de 25%, a contar de 1º de maio de 2019. Entre as conquistas do novo termo estão a progressão por merecimento, que se dará a cada três anos a partir da data de enquadramento. A hora extra e a hora noturna serão incorporadas à aposentadoria e irão incidir em décimo terceiro salário e férias.

O próximo passo: na assembleia do dia 15 de abril foram escolhidos os membros da Comissão que irá homologar e deliberar os encaminhamentos do projeto que altera a Lei 472/2009. Caberá a Ferdinando da Silva, Rodrigo Pereira e o representante jurídico do SINTESPE o desempenho desta função. O projeto deve ser entregue até 30 dias após a assinatura do termo de acordo e o mesmo será debatido em **nova assembleia, que será realizada no dia 19 de maio.**

Os primeiros meses de 2015 foram marcados por inúmeras enrolações por parte do Governo, reuniões desmarcadas e assembleias que lotaram o auditório da ALESC e o Centro Administrativo, em Florianópolis. Confira um resumo dos acontecimentos e visite o site do SINTESPE para ter acesso a infográfico, fotos da assembleia e ao termo de acordo aceito pela categoria.

DEZEMBRO 2014: Em reunião realizada no dia 4 com o Coordenador do CONER, Décio Vargas, e o Secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni houve avanço na questão da progressão funcional e foi discutida a possibilidade de fusão das categorias. O Governo sinalizou a intenção de finalizar as negociações até o mês de fevereiro de 2015. Ficou estabelecido que no dia 20 de janeiro, Décio Vargas apresentaria um relatório com o impacto financeiro da proposta.

JANEIRO 2015: Por conta de atrasos na finalização do relatório que simularia os

impactos financeiros, a reunião com a Comissão foi adiada para o dia 3 de fevereiro. Décio Vargas informou que as atenções do Governo estavam voltadas para a finalização de detalhes da reforma administrativa.

3 DE FEVEREIRO: Foi apresentada uma estimativa dos valores que seriam repassados aos servidores públicos. Ficou decidida a forma de enquadramento dos servidores já efetivos, processada em cinco níveis e de acordo com o tempo de serviço e a escolaridade de cada servidor.

10 DE FEVEREIRO: Foram apresentados os valores definitivos de remuneração para os agentes, que podem ser conferidos no site do SINTESPE. A Comissão, naquele momento, declarou que encontrou boa receptividade do Governo. As expectativas nas negociações eram de que a proposta fosse votada pela categoria até o mês de abril e que a proposta entrasse em vigor ainda em dezembro de 2015.

23 DE FEVEREIRO: Nesta etapa foram discutidas, com a Secretária Ada de Luca, questões referentes a concurso, quantitativo de agentes e exclusividade de cargos e outros temas.

10 DE MARÇO: Em reunião com Décio Vargas foi abordado o prazo para pagamento dos valores apresentados nas últimas reuniões e qual o tipo de remuneração que seria repassado aos servidores. Não houve avanços significativos nessas questões.

12 DE MARÇO: Ficou garantido o pagamento dos valores, níveis e enquadramentos acordados e foi aprovado o chamado de 288 concursados.

16 DE MARÇO: Mudança no jogo: a reunião marcada para as 10h discutiria a previsão de pagamento dos valores oferecidos pelo Governo. Essa seria uma das últimas etapas da negociação. O encontro foi adiado para as 14h e Décio Vargas informou, por telefone, que as negociações teriam voltado a estaca zero.

17 DE MARÇO: Em Assembleia realizada no auditório Antonieta de Barros, na ALESC, cerca de 200 servidores votaram e decidiram pelo estado de greve após conhecer as pegadinhas, os detalhes e os retrocessos contidos na proposta oferecida pelo Governo. A Comissão se declarou exausta diante do processo de negociação e das enrolações do Governo, que se arrastam por mais de um ano.

25 DE MARÇO: O Governo se comprometeu em apresentar uma proposta final no dia 30 de março. A mesma foi entregue no prazo e analisada por dirigentes do SINTESPE, que classificaram as alterações como “demasiadamente absurdas”.

1º DE ABRIL: Mais de 600 agentes ocuparam o Centro Administrativo, em Florianópolis. Os homologados no concurso de 2013 também marcaram presença e exibiram faixas pedindo pela nomeação. Os servidores cantaram parabéns e compartilharam um bolo, em ironia aos 12 meses em que as negociações se arrastaram.

O subsídio foi excluído como forma de remuneração. O valor dos vencimentos são inferiores aos oferecidos anteriormente.

Décio Vargas recebeu a Comissão, que entregou o ofício

protocolado pelo SINTESPE no dia 30 de março. Não houve acordo em relação ao prazo de pagamento dos valores contidos na proposta.

O Governo informou que apresentaria uma nova proposta de pagamento no dia 8. Inicialmente a categoria pediu pela greve, mas optou por aguardar o que o Governo poderia oferecer. Ficou mantido o estado de greve.

A categoria decidiu também que se a proposta não atender as expectativas, seria decretada uma “greve branca”, que consiste no fim dos plantões extras até o dia 15 de abril. Uma nova assembleia ficou marcada para esta data, também no Centro Administrativo, às 14h, onde será deliberada a greve.

8 DE ABRIL: Mais uma vez não houve acordo no prazo de

pagamento para o plano de carreira dos agentes, oferecido em oito parcelas semestrais, contadas a partir de maio de 2016. Foi mantido o estado de greve, com suspensão temporária do plantão extra, decisão essa que foi votada na assembleia do dia 1º de abril.

14 DE ABRIL: O Governo do Estado apresentou alterações no texto entregue no dia 8 de abril, com pagamento em 6 parcelas. O prazo não alcançou as expectativas da categoria.

15 DE ABRIL: Em assembleia, cerca de 150 servidores aceitaram a proposta do Governo, mesmo com manifestações contrárias ao prazo de pagamento. Após 30 dias da assinatura do termo de acordo deverá ser apresentado o texto que altera a Lei 472/2009.

Secretaria de Justiça e Cidadania entrega plano de ação para o sistema prisional

Solicitação foi feita pelo TCE-SC em 2014

Após vários adiamentos, a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC) efetuou a entrega do plano de ação para o sistema prisional catarinense, conforme solicitação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC). A entrega aconteceu no dia 6 de abril e ainda não há previsão de divulgação de seu conteúdo.

Segundo a assessoria de comunicação do TCE-SC, o plano seguirá para análise técnica e será produzido um relatório nas próximas semanas. Após analisado, o mesmo deverá seguir para o Ministério Público e, posteriormente, para o relator.

A auditoria foi realizada no ano passado e foi solicitado à SJC um plano de ação que apresentasse soluções para diversos problemas, entre eles o da superlotação. O prazo para a entrega do plano estava estipulado inicialmente para o dia 19 de janeiro, porém a SJC foi beneficiada pela suspensão do expediente do TCE, ganhando assim 30 dias. Em fevereiro, a SJC entrou com um pedido de prorrogação do prazo.

Entenda o caso:

A auditoria foi realizada entre os dias 24 de julho e 8 de agosto de 2014 em 11 unidades prisionais do Estado. Entre os problemas mais graves estão a superlotação, a falta de agentes prisionais e a carência de infor-

mações como o custo mensal por preso e reincidência.

Além dos custos por preso e a adequação de agentes penitenciários à população carcerária, o plano deve fornecer maneiras de adequar padrões de construção e segurança, número de profissionais da equipe técnica de saúde e assistência social, bem como a realização de manutenções corretivas e preventivas das unidades e o tratamento igualitário aos presos do sistema de cogestão e de administração direta.

Ao todo, são 10 medidas a serem atendidas pelo plano:

1. Calcular mensalmente o custo total do preso no sistema penitenciário catarinense e em cada estabelecimento penal;

2. Disponibilizar vagas compatíveis com a necessidade do sistema carcerário, respeitando a natureza do estabelecimento (regime e gênero);

3. Obedecer a destinação dos estabelecimentos penais quando da alocação do preso provisório e definitivo, respeitando a divisão por gênero;

4. Adequar a quantidade de agentes penitenciários à população carcerária dos estabelecimentos penais destinados aos presos provisórios e definitivos em regime fechado, na proporção mínima de um agente para cinco presos, estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP);

5. Adequar o número de profissionais da equipe técnica de saúde e assistência social dos estabelecimentos penais destinados aos presos provisórios e em regime fechado, na proporção de um profissional para cada 500 presos, definida pelo CNPCCP;

6. Limitar a capacidade máxima dos futuros estabelecimentos penais ao disposto na Resolução nº 09/2011 do CNPCCP;

7. Realizar a manutenção corretiva e preventiva das unidades do sistema prisional catarinense, no tocante à infraestrutura, equipamentos de segurança e sistema de incêndio, inclusive quanto aos pontos destacados pela Diretoria de Atividades Especiais (DAE) na Informação nº 09/2014;

8. Na elaboração de projetos básicos de obras de unidades prisionais observe os padrões de construção e de segurança atualmente adotados;

9. Adote providências para o exato cumprimento da Lei de Execuções Penais no Complexo Penitenciário da Trindade;

10. Garantir tratamento igualitário aos presos do sistema de cogestão e de administração direta, especialmente quanto à assistência material e à saúde previstos nos arts. 12 e 14 da lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal